

DISCURSO DE POSSE

José Alberto Simonetti

Senhoras e senhores,

Obrigado pela presença e prestígio que vocês trazem à nossa posse.

Presidir o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil passou a ser **a missão da minha vida**.

Jamais esquecerei dos olhares que encontrei aqui, nesta noite, e da confiança que vocês me transmitiram.

É o que sinto no olhar de cada um.

Muito obrigado!

Às advogadas e advogados,

Saibam que levarei para sempre o compromisso que firmamos, de defender a advocacia do arbítrio, venha ele de onde vier.

O querido e saudoso poeta amazonense **Thiago de Mello**, grande brasileiro, tem versos que me servem como mantra:

Um deles é:

*"O trabalho não é a pena que se paga por ser homem,
mas um modo de amar e de ajudar o mundo a ser melhor".*

Obrigado, colegas, pela oportunidade confiada a mim.

Meu caminho até aqui foi longo e me enche de orgulho,
São mais de duas décadas de dedicação à profissão e à OAB.

Nesse período, tenho orgulho de ter participado de grandes vitórias da advocacia.

Os maiores desafios, no entanto, começam agora.

Em 92 anos de história, a OAB contou com a contribuição de grandes nomes do direito.

Quantas noites passaram em claro Raymundo Faoro, Seabra Fagundes e Bernardo Cabral pensando na advocacia e nas liberdades civis?

A missão desta gestão não é se equiparar aos grandes nomes do passado, mas sim honrar o legado de cada um.

Tudo valeu e valerá a pena se a advocacia estiver unida em torno da profissão, livre das divisões infrutíferas por motivos alheios ao Direito e à Constituição.

O que nos une é o dia a dia das petições, dos escritórios, dos fóruns, do estudo e do aperfeiçoamento das leis e do sistema de Justiça.

O que nos une é a defesa das prerrogativas, é a busca do fim dos abusos de autoridade sistemáticos no Brasil.

É, definitivamente, a ampliação do acesso à Justiça.

Nos une, por igual, a defesa de uma sociedade justa, fraterna e solidária,

A edificação da democracia, a prevalência do Estado de Direito, o respeito aos valores constitucionais.

Na presença, aqui, do governador Ibaneis Rocha e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco – dois homens de Ordem que construíram brilhantes carreiras como advogados.

Digo a vocês:

A advocacia deve ser unida pela Constituição, pela defesa do Estado de Direito, pela defesa dos direitos e garantias fundamentais.

Aprendemos com Raymundo Faoro a importância de buscar a igualdade de todos perante a lei, a batalhar pela igualdade de acesso aos serviços e oportunidades.

A construção de um país mais justo, menos desigual, com as regiões integradas e no rumo do desenvolvimento. Esse é o nosso verdadeiro ideal.

E a advocacia é fundamental para obtermos sempre mais vitórias nessa direção.

Ao presidente Felipe Santa Cruz, meu querido amigo, meus cumprimentos pela gestão, da qual tive o orgulho de ser membro da diretoria, como secretário-geral.

Sob sua presidência, presidente Felipe, a OAB travou as lutas necessárias e não se furtou a defender a classe e a sociedade.

Carregarei comigo, meu caro amigo, os aprendizados das lutas que travamos juntos.

Saúdo os ex-presidentes Marcus Vinicius Furtado Coelho e Claudio Lamachia, membros honorários vitalícios do Conselho Federal da OAB.

Citando vocês, presto homenagem aos que, antes de nós, honraram esta cadeira.

O sucesso que almejo para a minha gestão será derivado dos caminhos que, com coragem, vocês abriram.

Espero estar à altura do patamar a que vocês alçaram esta Presidência, meus caros presidentes.

Dar continuidade à obra que vocês iniciaram é um desafio colossal. Mas não me assusta, porque sei que vocês estarão comigo.

Muito obrigado!

Senhoras e senhores,

O propósito maior da OAB é proteger as prerrogativas dos mais de 1 milhão e 200 mil advogadas e advogados brasileiros. E, ao mesmo tempo, ser guardiã da Constituição e do Estado de Direito.

É a advocacia, função essencial à Justiça, que batalha pelos legítimos interesses dos clientes, sejam pessoas físicas e jurídicas.

E fazemos isso mesmo tendo contra nós frequentes abusos, em todos os cantos do país.

Advogar é tributar a própria vida ao cuidado do semelhante.

Advogar é desafio para quem não se acovarda nem abaixa a cabeça frente a injúrias, ameaças e intimidações.

Advogadas e advogados, o Conselho Federal da OAB é a casa de cada um de vocês.

Na OAB, todos encontrarão o acolhimento que precisam e merecem.

Falo isso com especial atenção – e convite – aos jovens e aos que atuam no interior do país.

Saibam que a OAB não medirá esforços para atendê-los no que for necessário e para apoiar o exercício da profissão.

A OAB não é apenas uma carteirinha no bolso. Representamos uma estrutura de amparo aos inscritos.

É inaceitável que, nos dias atuais, colegas não tenham condições mínimas de trabalho, como computador e acesso à internet.

Em um mundo de petições eletrônicas e sessões virtuais,
como trabalhar desse jeito?

Senhoras ministras, senhores ministros,
Prezados conselheiros do CNJ e do CNMP,

São muitos os casos de colegas que deixam a advocacia em busca do sustento em outras atividades.

O grande prejuízo causado por essa situação recai sobre o sistema de Justiça.

E o maior prejudicado é o cidadão – o jurisdicionado – que necessitava de amparo profissional para defender seus direitos.

Como ensinou Raymundo Faoro,
“O advogado, quando atua, não o faz em nome próprio, para seu proveito e prestígio. Ele está a serviço da ordem jurídica. A causa não é dele, e, por isso, como advertia o Padre Vieira, não pede mercê e misericórdia – não pede pedindo, senão protestando e argumentando, como quem pede justiça e não favor”.

Senhoras e senhores, ao passo em que acumula bons serviços prestados ao Brasil, a Ordem também desenvolveu e amadureceu seu lado assistencial, focado no amparo à classe.

A função social das Caixas de Assistência assume, neste momento, uma relevância sem precedentes, meus caros Felipe Sarmiento, presidente do Fida, e Eduardo Uchôa, nosso coordenador nacional das caixas.

O mesmo ocorre com as seccionais e as subseções em todo o país. Elas que estão face a face com a realidade das advogadas e dos advogados brasileiros.

Presidentes de seccionais, nosso maior desafio é devolver a dignidade para a advocacia.

Temos disponibilizado milhares de escritórios compartilhados por todo o país.

Essa é uma realidade que se constrói através de uma ação conjunta do Conselho Federal e das OABs dos Estados.

São espaços para a advocacia acessar a tecnologia necessária ao trabalho, para redigir e protocolar suas petições virtualmente, para receber e se reunir com clientes.

Enfim, para desenvolver na plenitude o sagrado múnus da advocacia.

Por meio da Coordenação de Interiorização – criada recentemente – vamos levar as estruturas da OAB para as regiões desassistidas e distantes dos grandes centros.

Nosso sistema de Prerrogativas, as comissões da Mulher Advogada, da Jovem Advocacia, também se farão presentes.

Temos que olhar para a “multidão de excluídos”, como bem observou Milton Santos, um dos grandes pensadores do Brasil.

Os avanços da globalização provocaram também uma forte exclusão.

Temos que atuar, no entanto, pela inclusão.

Na advocacia, essa tarefa cabe à OAB.

Não estamos provendo luxo, mas é dever da OAB prover o conforto e a dignidade necessários para os colegas se manterem ou ingressarem no mercado de trabalho.

Tenho a dizer, hoje, que meu suor e minhas lágrimas, colegas, serão derramados ao longo da jornada.

A partir de nossa união, passaremos a nos considerar um corpo indivisível.

Que esta gestão seja marcada pelo afastamento do abuso e do arbítrio.

Que seja a gestão que, verdadeiramente, nos uniu.

A gestão que permitiu a evolução e nos trouxe a um novo tempo.

Excelentíssimo ministro Luiz Fux, que aqui nos honra representando o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Poder Judiciário,

A tarefa dos que representam a advocacia muitas vezes é contramajoritária, longa, solitária.

É uma atividade que motiva ataques de todo tipo contra os que a exercem.

E sei que vossa excelência é também sensível a isso.

Temos encontrado no Judiciário um Poder consolidado, independente e capaz de afastar abusos.

A maior entidade civil do país, com quase 1 milhão e 300 mil inscritos, será sempre uma aliada em defesa da independência do Judiciário e do sistema de Justiça como um todo.

A independência dos Poderes nos é muito cara.

E, mais cara ainda, para nós, é a independência da advocacia.

É por isso que buscamos a construção de um contato franco, direto e transparente com o Supremo Tribunal Federal, com a Presidência da República e com o Congresso Nacional.

Para atuar em favor da advocacia, a OAB deve dialogar com todas as instituições e com todas as autoridades constituídas, sem exceção.

Nesse sentido, obtivemos, na semana passada, uma importante vitória:

A aprovação, pelo Senado, da proposta que assegura a exclusividade da OAB para aplicar censuras à advocacia.

Com o apoio do presidente Rodrigo Pacheco, autor do projeto,

e a compreensão da relatora, senadora Soraya Thronicke, avançamos para corrigir na legislação uma grave ofensa à Constituição.

Que estabelece que não há hierarquia entre a advocacia, a magistratura e o Ministério Público.

Todos nós, com igual importância, somos atores do sistema de Justiça.

Agora, o texto segue para a Câmara, onde também atuaremos por sua aprovação.

Magistrados são processados administrativamente por suas corregedorias e pelo CNJ.

Da mesma forma, os membros do MP, por suas respectivas corregedorias e pelo CNMP.

Advogados, para serem livres, portanto, só podem ser submetidos a procedimentos disciplinares conduzidos pela OAB.

Esperamos que essa seja a regra.

Do mesmo modo, neste nosso primeiro mês de mandato no Conselho Federal, também contamos com a sensibilidade da Câmara dos Deputados.

O presidente Arthur Lira e o vice-presidente, o advogado e deputado amazonense, meu conterrâneo, Marcelo Ramos, foram fundamentais para a aprovação do PL 5284/2020...

Um texto importantíssimo, que reforça as prerrogativas, o direito de defesa e a inviolabilidade dos escritórios de advocacia.

Cabe ainda, prezadas advogadas e advogados, destacar aqui que uma das principais conquistas da advocacia e da civilidade nos últimos anos resultou do diálogo institucional e das colaborações da OAB e dos Três Poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo.

Falo da Lei de Abuso de Autoridade, cujo texto tive a honra de relatar dentro da OAB.

Depois, vi a proposta avançar na Câmara e no Senado, onde também participei do debate.

E, finalmente, vi a proposição sancionada pelo presidente da República em 2019.

Essa é uma conquista que precisa ser celebrada. Uma lei que estabelece a devida punição a quem viola as prerrogativas da advocacia.

É uma legislação que já surte efeitos positivos e mudam o cotidiano de nossa profissão.

Mas, ainda temos muito a fazer para fortalecer essa lei e torná-la sempre mais efetiva.

Amanhã, daremos mais um passo em direção ao futuro que almejamos construir, de intransigente respeito às prerrogativas da advocacia.

Estaremos, logo cedo, na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça para defender o cumprimento dos percentuais de honorários advocatícios fixados no Código de Processo Civil.

Honorários dignos é uma questão de justiça e advogado valorizado significa cidadão respeitado.

Como ensinou Ruy Barbosa: “A República não precisa de fazer-se terrível, mas de ser amável; não deve perseguir, mas conciliar.”

A realidade do país é de violações patentes, à luz do dia.

Há poucos meses, vimos um colega ser espancado por policiais em praça pública, em Goiás. E lá estivemos para desagrar o colega com todo o sistema OAB

E, há alguns anos, vimos outro colega ser assassinado também por policiais, em Santa Catarina.

Em ambos os casos, os advogados estavam em pleno exercício da advocacia!

Esse é um problema que afeta a profissão de Norte a Sul.

A OAB tem sido firme ao atuar para coibir os abusos e buscar a punição dos culpados.

Agora, no entanto, graças à luta travada pela Ordem durante anos, dispomos de um instrumento ainda mais forte ao nosso lado: **a Lei de Abuso de Autoridade!**

A advocacia, senhoras e senhores, é um dos atores políticos mais relevantes do país.

Nossa bandeira é a defesa da Constituição e da democracia.

Neste ano de eleições, nos manteremos em alerta, participaremos do processo eleitoral de acordo com nossas atribuições constitucionais e legais.

Atuaremos por um ambiente eleitoral limpo, contra as *fake news* e em defesa do sistema eleitoral eficiente e moderno, que tanto nos orgulha.

Para, ao fim, fazermos valer a soberania do sufrágio popular.

A Ordem confia e conhece o trabalho da Justiça Eleitoral.

Sempre que os desafios, os ataques e as mentiras quiserem avançar contra a Justiça Eleitoral, ela terá na OAB uma aliada de primeira hora.

A defesa das instituições da República também é prioridade para a OAB.

Ulysses Guimarães já nos disse sobre a Constituição:

“Discordar, sim
Divergir, sim
Descumprir, jamais
Afrontá-la, nunca”

O sistema de Justiça, prezadas ministras e ministros, pode também contar com a OAB para rechaçar qualquer tentativa de impor **crimes de hermenêutica** a seus integrantes.

Prezado vice-presidente da República,
Prezadas ministras e ministros,
Prezado procurador-geral da República,
Ministros de Estado,
Demais autoridades,

As senhoras e os senhores também engrandecem este evento com sua presença.
Ao que também agradeço.

A independência do Judiciário é valor sagrado para o Estado de Direito.

Esse é um valor que divido com a presidente Renata Gil, da AMB, e com o presidente Eduardo André, da Ajufe.

Do mesmo modo, caros presidentes Manoel Murrieta, da Conamp, e Ubiratan Cazetta, da ANPR, temos convicção da necessidade de independência funcional para o Ministério Público.

E, assim, prezadas e prezados, para cumprir sua função essencial à Justiça, a advocacia também carece de autonomia e independência.

Isso vale para a advocacia privada e também para a pública, meu caro ministro da Advocacia-Geral da União, Bruno Bianco, com quem já tenho alinhado pautas de comum interesse.

A advocacia é arauto das liberdades. Dos direitos individuais.

Estamos fechados com a livre manifestação do pensamento!

Somos defensores da liberdade de manifestação, desde que pacífica.

Temos compromisso com a liberdade de imprensa! E, por isso, refutaremos qualquer tentativa de regulação da mídia.

Estaremos sempre na linha de frente da defesa das cláusulas pétreas:

a autonomia e a independência necessária entre os Poderes;
o voto secreto, periódico e universal;
o modelo federativo;
e os direitos e garantias individuais.

Seremos, sempre, opositores ferrenhos de iniciativas que visem destruir nosso ambiente democrático.

Vamos repelir o racismo, o nazismo e os discursos de ódio.

Não permitiremos que a democracia e as liberdades sejam usadas para destruir a democracia e as liberdades.

Lembrando, mais uma vez, os dizeres de Ulysses Guimarães:

“A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios, que impõem, como único limite à liberdade de cada homem, o mesmo direito à liberdade dos outros homens.”

A OAB tem vivido algo inédito em seus 92 anos: a pandemia de Covid, que nos levou colegas, amigos e familiares.

E, agora que vislumbramos o fim da guerra contra o vírus, passamos a acompanhar as mazelas de outra guerra, entre Rússia e Ucrânia.

Assim como a OAB se manteve ao lado da ciência, rejeitando o negacionismo, ela também apoia a diplomacia, afastando as armas.

A palavra, e não a guerra, é o melhor caminho. São o diálogo e o império das leis que apresentarão as melhores soluções.

No alvorecer deste século, não podemos repetir erros do século passado.

Conselheiras e conselheiros federais aqui presentes,

Vivemos o momento histórico em que a OAB implementa a paridade de gênero e as cotas raciais.

Trata-se de mais um passo relevante para colocar a Ordem em compasso com a realidade do cotidiano da profissão.

Temos agora, de forma efetiva, chapas paritárias e com diversidade racial.

Assim, portanto, temos também conselhos mais diversos – das subseções ao Conselho Federal.

Muito ainda precisa ser feito, claro.

Temos que defender nossas conquistas e avançar sempre mais. Mas já temos implementadas as regras que permitem essa abertura do presente e do futuro da Ordem a mais participação, mais inclusão e mais diversidade.

E os resultados práticos já podem ser sentidos: após a adoção da paridade, cinco seccionais elegeram presidentes mulheres. O mesmo se repetiu em diversas subseções.

Quero agradecer, de forma especial, a esta nova diretoria, que aceitou o desafio de dividir as dificuldades e as batalhas comigo neste e nos anos que estão por vir.

As prezadas diretoras Sayury Otoni e Milena Gama. Pela primeira vez, o Conselho Federal conta com duas mulheres em sua diretoria.

Minhas amigas, nós estamos fazendo história.

E quis a história que fossem duas advogadas consolidadas, duas mulheres experimentadas na Ordem, destemidas e comprometidas com a profissão, que tanto já fizeram pela OAB e pela advocacia.

Sou grato por contar com o apoio e a dedicação de vocês nessa gestão.

Prezados vice-presidente Rafael Horn e nosso diretor-tesoureiro Leonardo Campos,

Vocês também dedicaram boa parte de suas vidas à advocacia, inclusive, como presidentes das seccionais de Santa Catarina e do Mato Grosso.

Tenho muita sorte por poder me valer da experiência e da dedicação de cada um de vocês nessa diretoria.

Muito obrigado à diretoria e também aos conselheiros e conselheiras que têm dividido comigo as agruras da gestão.

Mas, também temos experimentado, juntos, o quão gratificante é tomar parte nesse processo.

A tônica da gestão será trabalhar com a intensidade desse último mês e meio de gestão.

Focamos na proteção ao exercício de nossa profissão e na defesa da cidadania.

Como disse, essa **é a missão da minha vida...**

E faremos, sim, uma gestão da advocacia para a advocacia.

Encaminhando para terminar, peço licença para agradecer minha família.

São eles os principais responsáveis por eu estar aqui hoje.

Muito obrigado à Carol, minha companheira de vida.

Obrigado aos meus filhos, Beatriz e Bernardo.

Obrigado aos meus irmãos, Luiza e Neto.

Obrigado à minha mãe, Maria do Carmo.

Obrigado ao meu pai, que, com certeza, de onde estiver, e sei que ele está aqui. Ele foi o grande responsável por eu aprender a importância da OAB e do fortalecimento de nossa profissão. Mais do que ser um homem que entende a sensibilidade humana, ele me ensinou a ser um advogado.

Alberto Simonetti Cabral Filho, quatro vezes presidente da seccional do Amazonas. Ele, certamente, estará comigo em todos os dias desta gestão.

Como sempre, e hoje não seria diferente, trago um trecho de um grande pensador brasileiro para encerrar.

A ocasião pede que seja o maior nome de nosso direito, Ruy Barbosa.

Ele nos disse:

*“Rejeito as doutrinas de arbítrio;
abomino as ditaduras de todo o gênero,
militares ou científicas,
coroadas ou populares;
detesto os estados de sítio,
as suspensões de garantias.”*

Muito obrigado!

Viva a advocacia brasileira!